

Nós confiamos em Deus

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano I – Nº 7 – Janeiro / Fevereiro / Março – 2013

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição! Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável – (DRT 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas – (ABJ nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*
– *Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional
Uma visão global do processo legislativo é uma de suas metas na presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional



Deputado Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados
Em defesa de um parlamento ativo, corajoso e independente, voltado aos anseios da nação brasileira



Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello
Supremo Tribunal Federal – STF
O STF como guardião da Constituição e da Justiça



VÁ MAIS LONGO

tim.com.br

A TIM é como um trem. Ajuda você a chegar aonde deseja.

A realizar seus sonhos. Por isso ela não para nunca.

Para que você possa se comunicar mais e ir mais longe.

Qual é o seu destino? Queremos ajudar você a chegar lá.



Você, sem fronteiras.

GE COM A TIM.



O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO I – Nº 7 – Janeiro / Fevereiro / Março – 2013

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA – (DRT 36.203/SP)

Colaboração especial: Aliádne Damázio

Projeto gráfico e diagramação: Fábio Manfrinato

Imagem e ilustrações: Antonio Carlos Souza

Revisão: Sílvia Bovino

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

Tiragem: 30.000 mil exemplares.

Endereço: Rua Dona Antonia de Queirós, 504 – Conj. 45 – CEP 01307-013 – Consolação – São Paulo – SP – Brasil.

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br

* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda a informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus





Nós confiamos em Deus

Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no tablet e no celular

VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



www.idelb.org.br



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL PARA IPAD E ANDROID.



Senador José Renan Vasconcelos Calheiros

Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, PRETENDE INCORPORAR UMA VISÃO GLOBAL DO PROCESSO LEGISLATIVO, EM BENEFÍCIO DO BRASIL



Senador José Renan Vasconcelos Calheiros, nascido em Murici (AL), em 1955, foi eleito Presidente do Senado Federal para administrar a Casa no biênio 2013-2014. Político experiente, determinado e competente, tem em seus ombros a responsabilidade institucional e constitucional de trabalhar pelo desenvolvimento do Brasil, para atender aos anseios sociais, de forma que venha a fortalecer a economia e a classe empresarial para geração de emprego e distribuição de renda.

Em seu discurso de posse, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, destacou que trabalhará conjuntamente com seus pares para viabilizar quatro vetores para aproximar o Senado ainda mais da sociedade: a austeridade interna, por meio de fusões, incorporações e até extinção de órgãos e funções; a votação em regime especial de projetos que favoreçam o ambiente econômico, social e empresarial – o chamado “Brasil mais fácil” –; o aprofundamento da transparência e uma vacina definitiva contra qualquer tentativa de controle da liberdade de expressão.

Com o “Brasil mais fácil”, pretendemos atacar vários gargalos. O Congresso Nacional precisa participar com maior frequência da formulação dos programas públicos que hoje não são discutidos suficientemente. Precisamos robustecer o papel do Senado nesse aspecto.

Além da questão federativa, envolvendo o Fundo de Participação, o indexador das dívidas públicas, o ICMS e a partilha dos *royalties*, o Congresso deve ao país duas reformas que podem garantir nosso futuro e o assento entre as grandes nações. As reformas tributária e política são prioritárias.

A reforma tributária e a reforma política, temas sempre tão candentes e que, mais do que nunca, merecem prioridade absoluta. Com essa união, anunciada pelo Presidente da Câmara, é chegada a hora de concretizarmos as duas reformas. Não é hora de falar em eleição, mas, sim, em união. A reforma política, com financiamento público e exclusivo de campanha, entre outras inovações, proporcionará maior estabilidade, com reflexos imediatos na economia interna.

O Congresso Nacional, com o debate democrático e a qualidade de seus quadros, saberá apontar as vias mais serenas para manter o Brasil no trilho do desenvolvimento. Ele é formado por homens públicos que têm exata consciência sobre seus deveres e responsabilidades com o país e saberão dar sua melhor contribuição na busca do bem-estar coletivo.

O Brasil é, hoje, o quarto país na atração de investimentos, e nós somos os agentes facilitadores da atividade produtiva. Para tal, é preciso dar segurança ao investidor, previsibilidade e normas perenes e eliminar gargalos e burocracias desnecessárias. Não há, no cenário mundial, dúvidas quanto às potencialidades do Brasil. O Congresso tem todas as condições de ajudar o país a ser mais seguro, mais amigável, mais atrativo e, portanto, mais fácil para o investimento internacional.

Apesar dos avanços, a colocação brasileira no *ranking* não é alentadora. Entre 183 nações, ocupamos a posição de número 120, para abrir um empreendimento. No quesito “crédito”, somos o nonagésimo oitavo. Na facilidade de pagamentos de tributos, a posição é de número 150. Precisamos reagir e avançar nas reformas microeconômicas, e muitas delas já foram aprovadas pelo Parlamento. Nossas deliberações não têm repercussão apenas interna. Temos um novo papel em um país que assumiu protagonismo internacional.

Temos, portanto, que incorporar a visão global do nosso processo legislativo.

O “Brasil mais fácil” partirá de projetos já existentes. Outras propostas nós vamos buscar na sociedade, por meio de agendas que manteremos com entidades empresariais e trabalhistas pelo Brasil afora. Serei um peregrino na construção dessa agenda. A ideia central é a superação de gargalos na produção, a regulação de vários setores, a regulamentação de dispositivos constitucionais, a desburocratização e a eliminação de leis caducas. Dessa forma, possibilitaremos a geração de mais emprego e renda.

Será criada a Secretaria da Transparência, sem custos, já que sua estrutura será formatada a partir de remanejamentos da estrutura existente na Casa. Sua missão será a de coordenar as demandas sociais acerca da Lei de Acesso à informação. Ela terá como atividade principal a disponibilização das informações sobre a aplicação dos recursos públicos do Senado, da forma mais ampla e detalhada possível. Desse modo, a sociedade brasileira terá absoluto controle dos atos e gastos praticados pelo Senado Federal. Garantir o controle social é tornar o Legislativo mais forte.

Assim como fizemos na acessibilidade, que adaptou os espaços do Senado para as pessoas com deficiência, tornaremos a instituição uma referência nesse campo.

Nossa ambição não é modesta. Temos de ser o número 1 entre todos os entes da administração pública. Por fim, quero conclamar o Congresso a encampar a defesa do nosso modelo democrático. Temos que nos engajar e assumir uma firme posição em defesa da democracia e seu mais importante reflexo, a liberdade de expressão. Haveremos de interditar qualquer ensaio na tentativa de controlar o livre debate no país.

Trata-se de um antídoto contra pretensões que vêm ocorrendo em alguns países. Temos que nos inspirar, sim, nas brisas de uma primavera democrática e criar uma barreira contra os calafrios provocados pelo inverno andino. Vamos criar uma trincheira sólida, se preciso legal, a fim de impedir, de barrar a passagem desses ares gélidos e soturnos. O modelo democrático brasileiro é único. Por isso, temos uma mulher na presidência da República e tivemos, antes, um operário. Vamos preservar esse modelo que se opõe ao pensamento único e monocrático, inservíveis à democracia.

Do ponto de vista conceitual, a liberdade de manifestação do pensamento, além de ser direito natural do homem, é premissa elementar às demais liberdades, política, econômica, de associação e de credo religioso. Não por outra razão as nações livres não mexem nesse alicerce, mestre de todas as liberdades. É preciso frisar ainda que a imprensa precisa ser independente não só da tutela estatal, mas das forças econômicas.

A pretensão de abolir o direito à liberdade de expressão, a qualquer pretexto, inclusive administrativo, é totalmente imprópria, até mesmo insana. Não pode e não deve haver. Quem regula, gosta, rejeita ou critica é o consumidor da informação. Ele é quem faz isso e somente ele. Como já foi dito, o único controle tolerável é o controle remoto. E o controle remoto não deve ficar na mão do Estado, mas nas mãos dos cidadãos.

A liberdade de expressão revela o grau de civilidade e amadurecimento de uma coletividade. Tão importante quanto a liberdade de imprensa é a responsabilidade no manuseio da informação, que será consumida e reproduzida por milhões de pessoas na presunção da verdade. A liberdade de expressão é pedra angular da democracia.



Sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do Congresso Nacional



Deputado Henrique Eduardo Lyra Alves

Presidente da Câmara dos Deputados

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DEPUTADO HENRIQUE EDUARDO ALVES, DEFENDE UM PARLAMENTO ALTIVO, CORAJOSO E INDEPENDENTE, VOLTADO AOS ANSEIOS DA NAÇÃO BRASILEIRA



Deputado Henrique Eduardo Lyra Alves, com 42 anos de vida parlamentar, foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados para administrar a Casa no biênio de 2013-2014. Político experiente, determinado e competente, tem em seus ombros a responsabilidade institucional e constitucional de trabalhar pelo desenvolvimento do Brasil, para atender aos anseios sociais de forma que venha a fortalecer a economia e a classe empresarial para geração de emprego e distribuição de renda.

A construção de uma vida pública amparada pela história de trabalho, coerência, lealdade e compromisso com o Parlamento brasileiro é marca registrada do novo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves. Eleito, por 11 mandatos consecutivos de Deputado Federal pelo PMDB/RN e também eleito consecutivamente por seus pares, por seis vezes, líder do PMDB na Câmara, o Deputado Henrique Alves é de uma família tradicional política do Estado do Rio Grande do Norte e filho do ex-Ministro Aluizio Alves.

O novo Presidente da Câmara pretende construir uma pauta propositiva não apenas para discutir as questões políticas. Ele afirma que o Parlamento não foi feito para ganhar tempo, não foi feito para empurrar com a barriga, não foi feito para enrolar. Que o Parlamento foi feito para discutir e votar, debater e decidir. É o Parlamento que quer discutir o pacto federativo, e vai discutir e votar. É o Parlamento que quer decidir a questão do FPE, debater e decidir. É o Parlamento que quer resolver a questão dos *royalties*, uma riqueza nacional, com justiça e equilíbrio, debater e votar. É o Parlamento que quer discutir a questão da segurança pública, discutir e decidir.

A pauta das grandes questões nacionais fará da Câmara dos Deputados um fórum permanente de debate franco e aberto para resolver os grandes problemas nacionais da sociedade brasileira. As demandas que são apresentadas diariamente pelos sindicatos, associações, entidades, dentre outros segmentos sociais, terão que ser respondidas à altura, pois a nação deseja ter um Parlamento altivo, corajoso e independente, genuinamente do povo brasileiro. Acreditamos que a verdadeira Casa do povo brasileiro é o Poder Legislativo.

Boa parte da evolução da economia brasileira deve-se ao fortalecimento do mercado interno. O aumento do consumo derivou do poder de compra do salário mínimo, da expansão da massa salarial e das políticas compensatórias de renda, como o Bolsa-Família. O Congresso Nacional vem sugerindo e aprovando propostas concretas para diminuir a vulnerabilidade brasileira. Não basta indicar que o Parlamento é imprescindível para a democracia. Aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Falências, vários marcos regulatórios e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que formalizou empregos.

Aprovamos também as PPPs, que já foram regulamentadas e devem sair do papel, e a desoneração da produção, com diminuição de impostos. Votamos ainda a reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, a súmula vinculante, a Lei da repercussão geral, o Fundeb, o Super Simples, o microcrédito, a simplificação da Previdência que agilizou todos os procedimentos – inclusive aposentadorias – e, mais recentemente, o fim da guerra dos portos, o Funpresp e o regime diferenciado de contratações para agilizar as obras da Copa do Mundo, das Olimpíadas, do PAC, da saúde e da educação.

Também deliberamos sobre a redução das tarifas elétricas e a prorrogação das concessões, o cadastro positivo, o incremento do mercado de crédito por meio do aporte de mais de 200 bilhões ao BNDES e a Lei do Ficha Limpa.

Fizemos nosso dever de casa ao longo dos últimos anos graças à maturidade e seriedade do país. É justo, necessário e imperioso destacar a responsabilidade do Parlamento brasileiro, que, ao longo dos anos, aprovou ou desenvolveu vacinas contra a epidemia econômica global. Economias que adotaram a responsabilidade fiscal, disciplina e austeridade ao longo dos anos criaram bases econômicas bem sólidas e estão obtendo os melhores desempenhos em face da tormenta atual no cenário externo. Entendemos que o principal desafio é manter o nível de emprego e renda, que tem sustentado o consumo interno.

Reiteramos nosso compromisso para revigorar o Parlamento e aproximá-lo ainda mais da sociedade com austeridade e eficiência, controle social com transparência absoluta, continuidade das reformas e defesa de nosso modelo democrático contra qualquer insinuação que pretenda restringir a liberdade de expressão, ou seja, a liberdade de manifestação do pensamento, além de direito natural do Homem, é premissa das demais liberdades.

Depois de reconquistarmos os mais elementares princípios democráticos, como direitos individuais, coletivos e o Estado de Direito, precisamos alcançar outros avanços: a justiça social e a igualdade de oportunidades, sem os quais nenhuma democracia estará completa, nenhum democrata estará satisfeito. Democracia não é só direito ao voto, o direito de ir e vir. É também igualdade de oportunidades e justiça social.





Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello

Supremo Tribunal Federal - STF

O STF COMO GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO E DA JUSTIÇA

Marco Aurélio Mendes de Farias Mello é Ministro do Supremo Tribunal Federal, Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Presidente do Instituto Metropolitano de Altos Estudos – IMAE.

Nas famosas palavras de Ulpiano, popular jurista romano, fazer justiça implica dar a cada um o que lhe pertence. A expressão é direta e facilmente apreensível à primeira vista, mas definir o real significado da frase impõe escolhas difíceis e altamente complexas.

Em diferentes sociedades e momentos históricos, o brocardo foi interpretado das mais diversas maneiras. Para uns, fazer justiça é dar a cada um o que é seu, de acordo com as respectivas necessidades. Para outros, o conceito de justo revela a atribuição a cada pessoa consoante os próprios méritos. Uma decisão justa, já se disse, decorre do recebimento da mesma quantidade e variedade de bens, independentemente das necessidades pessoais ou das realizações. A justiça, encampou-se, traduz-se no recebimento segundo os próprios méritos, mas desde que todos tenham oportunidades iguais. Ou deve exprimir os termos da lei positivada, não importando os valores e aspirações existentes fora do sistema estritamente normativo. Ou, ainda, ninguém possui legitimidade ou poder para dizer aquilo que pertence a cada um, ou quem detém legitimidade é o rei, o povo ou o Parlamento, ou...

A variedade de interpretações mostra-se tão rica quanto a de correntes ideológicas e filosóficas que sucederam o popular provérbio. No pano de fundo está o confronto entre ideologias e sistemas de governo: capitalismo, socialismo, igualitarismo, social-democracia, positivismo jurídico, anarquismo, monarquia, república. Algumas interpretações partem de um direito permeado pela moral, outras buscam separá-lo de forma rígida. Há os significados atentos à estrutura econômica e social e os focados no plano normativo.

O conceito de justiça, apesar da simplicidade do aforismo romano, não é unívoco. Aplicá-lo a outros homens nunca foi tarefa livre de questionamentos profundos, diários, a exigir intensa dedicação intelectual e emocional, e o trabalho não se torna mais simples com a crescente complexidade das sociedades modernas.

Após a Segunda Grande Guerra, depois da descoberta da falência de um sistema jurídico fundado na completa e absoluta liberdade do legislador, a maioria das democracias ocidentais veio a estabelecer constituições rígidas, de modo que sejam criados limites à liberdade do Parlamento e que seja impedida a vigência de leis odiosas, que tão tristemente foram aplicadas de forma “neutra” e “cega” por juízes “imparciais”. As novas constituições e os novos tribunais de controle de constitucionalidade representaram etapas importantes na melhoria dos processos institucional e civilizatório pelos quais passam as democracias. Consubstanciaram soluções na busca de um meio-termo, de um equilíbrio entre extremos formados por um direito sem moral ou princípios normativos, de um lado, e de uma moral sem direito, de outro.

A decisão da maioria, diria Dworkin, não é justa nem valiosa em si, pois não existe nada que possua valor inerente em um processo que permita a grande número de pessoas impor a própria vontade a um número menor. Só há valor e justiça, no pronunciamento da maioria, se algumas circunstâncias e limites são observados, entre eles a igualdade entre os participantes do processo político e o respeito aos direitos fundamentais.

Assegurar o atendimento dessas circunstâncias e limites é a precípua função do Supremo. Cabe a ele a guarda da Carta da República, mesmo em decisões impopulares. No embate de ideias, nas disputas políticas, cumpre-lhe garantir a observância das regras e dos princípios presentes na Lei Maior, o que, por certo, não se revela uma atividade indene de polêmica. Diferentes pessoas e grupos sociais, inevitavelmente, interpretam a Constituição com base em distintas concepções de justiça. Muitos buscam, no Supremo e na Carta Federal, não um tribunal e um texto jurídico, mas um espelho para os próprios valores e concepções de mundo. Querem, na verdade, uma alternativa para sobrepor maiorias obtidas a partir de divergências razoáveis e democráticas, presentes na esfera pública.

Nesse contexto e considerado o caráter analítico de nossa Constituição, a judicialização de diversos temas sensíveis tem sido fato inevitável da política nacional. Ao Supremo, uma vez provocado, incumbe pronunciar-se sobre a questão, sob pena de negar o acesso à jurisdição e a efetividade da prestação jurisdicional. Deve exercer essa competência com prudência, em um contínuo pensar sobre os limites da atuação do Tribunal e a racionalidade das respectivas decisões.





Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

O IDELB COMPLETA 10 ANOS DE TRABALHO SOCIAL REALIZADO, EM BENEFÍCIO DO BRASIL

Ao completar 10 anos de fundação, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, tem muito a comemorar, pelos projetos sociais que foram realizados ao longo desse período, com muita dedicação e um árduo e difícil trabalho, visando sempre contribuir para o desenvolvimento social, econômico, político e institucional do Brasil.

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro foi fundado por Josué dos Santos Ferreira, em 12 de fevereiro de 2003. É uma entidade sem fins lucrativos de caráter filantrópico, classificada na qualidade de organização não governamental (ONG), com a função precípua de agregar valores ao povo, às instituições e aos poderes constituídos no Estado Democrático de Direito, tendo como objetivo a promoção e o incentivo à cultura legislativa brasileira, análise de normas constitucionais, estudo e desenvolvimento do processo legislativo brasileiro; prestar assessoria e consultoria técnica, jurídica e legislativa; formar, especializar e desenvolver, de forma continuada, recursos humanos para atuação nos três níveis do Poder Legislativo; promover cursos, fóruns, palestras, seminários, conferências, debates e eventos diversos, visando orientar a legislação participativa e a iniciativa popular, capacitando lideranças sociais para contribuir para o desenvolvimento do Brasil; trabalhar para a criação da disciplina de Direito Parlamentar, a ser implantada em universidades, além de outros temas de interesse nacional, visando, especialmente, o desenvolvimento do Estado Brasileiro e, em particular, do cidadão.

A Constituição Federal, por meio do Título I – Dos Princípios Fundamentais, com fulcro no art. 3º, inciso II, dispõe sobre “garantir o desenvolvimento nacional”, estabelece e garante ao Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro, exercer seu papel pleno de interlocutor da sociedade brasileira perante às instituições democráticas do Estado de Direito, dentro de uma visão política, social, cultural, econômica, tecnológica, pluralista, defendendo e fazendo valer os legítimos e soberanos interesses da nação brasileira, patrocinada por uma ferramenta social participativa e séria que abriga todos os segmentos da sociedade brasileira, dando a informação com responsabilidade e presteza relevante, por meio do veículo *Jornal Notícias do Congresso Nacional* – órgão oficial de comunicação social do IDELB.

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro é signatário do The Global Compact desde 2004, que é o resultado de um convite efe-

tuado ao setor privado pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para que, juntamente com algumas agências das Nações Unidas e atores sociais, contribuísse para avançar a prática da responsabilidade social corporativa, na busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva. O Pacto Global advoga dez princípios universais, derivados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Conferência das Nações Unidas contra a Corrupção.

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro, ao longo de sua existência, vem contribuindo com o Brasil, dando a máxima prioridade à modernização tecnológica do Estado Brasileiro, em todos os níveis de poder, por meio da redefinição do papel do setor público e da adoção de princípios fundamentais de eficiência, eficácia, ética, transparência, legitimidade e responsabilidade constitucional.

Destacamos, a seguir, alguns dos trabalhos que foram realizados pelo IDELB, em prol do desenvolvimento social do Brasil.

Desde sua criação o IDELB vem desenvolvendo um trabalho consistente, constante e incansável para realizar, com idealismo e seriedade, os seus objetivos patrióticos com a implantação de projetos de responsabilidade social para um futuro melhor.

O primeiro projeto foi realizado com sucesso absoluto, em 2004, na cidade de São Paulo, tendo como tema principal a responsabilidade social, que foi o evento denominado “I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates Contra a Violência e a Favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas”, cujo objetivo foi buscar desenvolver novos mecanismos de políticas públicas para recuperar o dependente químico, reintegrá-lo na sociedade e combater o tráfico de drogas. (<http://www.idelb.org.br/forum2004/default.asp>).

O segundo projeto foi também realizado com sucesso absoluto, em 2007, na cidade de Brasília, no Senado Federal, tendo como tema principal a responsabilidade social, que foi o evento denominado “I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas”. Este fez parte dos trabalhos elaborados pelo IDELB para uma Agenda Integrada de Mobilização Nacional dos Poderes Públicos e da Sociedade Civil

no Combate ao Crime Organizado, a fim de que sejam garantidas a ordem social, a segurança pública, a paz e a justiça social, no desenvolvimento institucional e constitucional do Estado Brasileiro.

Para a realização desse importante trabalho, o IDELB obteve apoio das seguintes instituições governamentais nacionais e internacionais, organismos internacionais, bem como a mídia, a saber: Senado Federal, Justiça Federal, Controladoria-Geral da União – CGU, Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, Departamento de Polícia Federal – DPF, Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, Banco Central do Brasil – BC, Departamento de Atividades Especiais da Polícia Civil do Distrito Federal e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, Governo dos Estados Unidos da América – Departamento de Estado, Departamento de Justiça, Departamento do Tesouro, Escritório Nacional de Controle de Drogas da Casa Branca, DEA, FBI, CIA, Senado dos EUA e Corte Federal de Justiça do Distrito de Maryland, Organização das Nações Unidas – ONU e Organização dos Estados Americanos – OEA, bem como a Central Globo de Comunicação – Rede Globo e Revista *IstoÉ*. (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>).

O terceiro projeto foi também realizado com sucesso absoluto, em 2009, na cidade de Brasília, no Senado Federal, tendo como tema principal a responsabilidade social parlamentar. Foi o evento denominado “Prêmio do Mérito Legislador – 2008”, que teve como objetivo destacar os 150 melhores Projetos de Lei de autoria dos parlamentares Vereadores, Deputados Estaduais, Distritais e Federais, e Senadores da República inscritos no Prêmio, que tenham tido reconhecida relevância social, levando-se em consideração critérios tais como alcance, inovação, impacto, repercussão, participação popular, mudança de hábitos, melhores práticas, entre outros, em defesa do desenvolvimento do Estado e da nação brasileira. Os Projetos de Lei foram analisados e selecionados pela qualificada equipe técnica de consultores legislativos do Senado Federal, contemplando-se as seguintes áreas sociais: educação, saúde e segurança; habitação, alimentação, infância e juventude; combate à pobreza; direitos humanos, defesa dos direitos dos deficientes físicos, da mulher, do idoso e do afrodescendente; tecnologia da informação; fortalecimento do Comércio e da Indústria; turismo; e geração de emprego e renda. (<http://www.idelb.org.br/premiolegislador2008>).





John Forbes Kerry

Secretário de Estado dos Estados Unidos da América

O NOVO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS EUA, JOHN KERRY, TEM UM IMENSO INTERESSE NO BRASIL E ASSUMIRÁ UMA RELAÇÃO BILATERAL EM NOVO PATAMAR



Secretário de Estado dos EUA, John Forbes Kerry, nascido em Aurora, Colorado, em 11 de dezembro de 1943, foi empossado no cargo em 1º de fevereiro de 2013, sendo o 68º Secretário de Estado dos Estados Unidos. O Secretário de Estado é nomeado pelo Presidente dos EUA e confirmado pelo Senado. O Secretário realiza política externa do Presidente dos EUA, por meio do Departamento de Estado, que inclui o Serviço de Estrangeiros, Serviço Civil e Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional.

Em 1976, o Secretário John Kerry recebeu seu diploma de Direito pela Boston College Law School e foi trabalhar como promotor no condado de Middlesex, Massachusetts, onde ele assumiu a pasta de combate ao crime organizado, lutou pelos direitos das vítimas e criou programas de aconselhamento. Ele foi eleito Vice-Governador de Massachusetts, em 1982, e dois anos mais tarde, foi eleito para o Senado dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, onde serviu aos EUA por 28 anos.

Em 2009, o Secretário John Kerry se tornou Presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, assumindo um papel importante de liderança na política externa, trabalhando com questões-chave de segurança nacional, tendo que enfrentar vários desafios para implementação de políticas adotadas pelos Estados Unidos, incluindo o Afeganistão e Paquistão, não proliferação nuclear e mudança climática global. Seu serviço como Presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos foi construído pela sua credibilidade com o trabalho realizado no Senado anteriormente que incluía a divulgação do escândalo Irã-Contras e a sua liderança global de combate a AIDS.

Em 2010, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, o Secretário John Kerry foi fundamental para a ratificação do New Start (Tratado de Redução de Armas Estratégicas) tratando de um acordo de redução de armas nucleares de vital importância com a Rússia que ajudou na orientação aos países sobre os perigosos confrontos nucleares.

O Secretário John Kerry presidiu as Subcomissões da Ásia e do Oriente Médio no Senado, onde escreveu e aprovou uma legislação importante de combate ao tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro internacional, ajuda humanitária e as mudanças climáticas. Ele também ocupou cargos importantes nos Comitês de Finanças, Comércio e Empresa de Pequeno Porte do Senado, bem como atuou como membro da Comissão Bipartidária conjunta na redução

do déficit do Senado, em que trabalhou em todas as linhas do partido para tentar reduzir a dívida do país e fortalecer a economia dos EUA. Antes de sua saída do Senado, o Secretário John Kerry foi o sétimo senador mais antigo. É o autor de *best-sellers*, incluindo *Antes que a Terra Acabe*, livro em que ele tem como coautora sua esposa, sra. Teresa Heinz Kerry.

Relações bilaterais dos EUA com Brasil

Os Estados Unidos e o Brasil gozam de ótimas relações bilaterais que abrangem uma ampla agenda política e econômica. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil de Portugal, em 1822, e, como as duas maiores democracias e economias do Hemisfério Ocidental, os Estados Unidos e o Brasil estão a consolidar uma base para uma nova parceria para o século 21 com foco em questões globais que afetam os dois países.

Dez acordos bilaterais foram assinados durante a visita do Presidente dos EUA Barack Obama ao Brasil, em março de 2011, e mais cinco assinados durante a visita da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff aos Estados Unidos, em abril de 2012. Testemunham uma intensificação do envolvimento bilateral em uma ampla gama de áreas de interesse mútuo. Desde 2011, uma série de diálogos de alto nível foi criada e modernizada, incluindo quatro diálogos presidenciais: o Diálogo de Parceria Global, o Diálogo Econômico e Financeiro, Diálogo Estratégico em Energia e o Diálogo de Cooperação em Defesa. Diálogos formais intergovernamentais envolveram várias agências dos EUA e do Brasil em questões que incluem questões bilaterais e multilaterais, economia, comércio, finanças, agricultura, energia, aviação, tecnologia, inovação, meio ambiente, educação, cultura, defesa e não proliferação. Esses diálogos são os principais veículos para a coordenação de políticas e para a definição de prioridades da parceria.

As relações bilaterais são complementadas por pessoa a pessoa com iniciativas de cooperação trilateral e multilateral. Os Estados Unidos têm uma longa história com o Brasil de intercâmbio na educação. Um exemplo claro é a Comissão *Fulbright*, criada em 1957, e milhares de estudiosos já viajaram entre os dois países. Os Estados Unidos também estão trabalhando em estreita colaboração com colegas brasileiros para ampliar as oportunidades de aprendizagem da língua Inglesa, visando ao desenvolvimento profissional dos professores brasileiros.

Essas trocas vêm fortalecer os EUA e brasileiros com a prática de parcerias institucionais, desenvolvendo uma força de trabalho preparada para as oportunidades do século 21, e contribuir para o crescimento de longo prazo para fortalecer a economia para ambos os países.

Os Estados Unidos, por meio da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID), trabalham conjuntamente com o Brasil na criação de uma parceria forte que promova o desenvolvimento em outros países, principalmente na África e no Hemisfério Ocidental. Colaboração trilateral que inova priorizando os desafios transnacionais que são de interesse mútuo, incluindo a segurança alimentar, saúde, meio ambiente, agricultura e desenvolvimento econômico. A USAID está concluindo o seu apoio bilateral para prevenir e controlar a tuberculose, apoio ao HIV/SIDA, promover tecnologias de energia limpa no Brasil e mitigar a mudança climática. Programas em curso continuam a preservar os ecossistemas naturais e promover o manejo florestal sustentável. Por meio de parcerias público-privadas, a USAID está ajudando a desenvolver habilidades básicas de trabalho e ampliar o acesso à formação no idioma inglês para jovens desfavorecidos e promover metas corporativas de responsabilidade social e projetos realizados por empresas norte-americanas que operam no Brasil.

Em 2007, os Estados Unidos e o Brasil lançaram o Diálogo de Parceria Econômica, uma multiagência de mecanismo de consulta técnica bilateral que aborda iniciativas trilaterais e hemisféricas. Os dois países também assinaram um acordo em 2011 para reforçar a cooperação em comércio e investimentos. O acordo visa expandir o comércio direto na relação de investimento, fornecendo um quadro para aprofundar a cooperação na inovação, a facilitação do comércio e as barreiras técnicas ao comércio. O Diálogo de Parceria Econômica promove a cooperação econômica por meio de uma série de questões relevantes.

Em 2011, os Estados Unidos foram responsáveis por 10% das exportações brasileiras e 15% das importações brasileiras. O fluxo de investimento entre os Estados Unidos e o Brasil é cada vez mais importante, como os Estados Unidos são um dos maiores investidores estrangeiros no Brasil. O Brasil foi designado um mercado prioritário em ambas as iniciativas de exportação e para o ano fiscal de 2012, por meio do *Select USA* para promover as exportações e as duas vias de investimentos. Como maiores produtores mundiais de biocombustíveis, os dois países têm trabalhado em conjunto para ajudar a tornar a sustentabilidade dos biocombustíveis uma *commodity* global.





Desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori

Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

A CONTRIBUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA CONCRETIZAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA



Poder Judiciário paulista, integrado por 360 desembargadores, 2.100 juízes, 43 mil servidores e outros 10 mil terceirizados, mais de 700 prédios, um orçamento de quase R\$ 8 bilhões, 20 milhões de processos em andamento, dia a dia leva, em ritmo cada vez mais rápido, a Justiça aos cidadãos. Não se pode falar apenas de Justiça paulista, pelos corredores dos nossos fóruns – especialmente no maior da América Latina, o João Mendes Júnior. As ações envolvem o crescimento socioeconômico e político das mais longínquas partes do Brasil e até do mundo globalizado. Afinal, administrar Justiça para cerca de 45 milhões de pessoas não é tarefa nada fácil, principalmente se consideradas as limitações orçamentárias.

A Presidência atual do Tribunal de Justiça tem-se pautado pelo choque de gestão, com pilares que primam pelos princípios da igualdade e da liberdade, transparência, valorização do pessoal e reconstrução. Não se atinge cidadania plena se o acesso ao Judiciário estiver restrito ou dificultado. Não se atinge a cidadania se o Judiciário não for bem equipado, e seu quadro funcional, condizente com suas necessidades.

Daí as ações padronizadas e rápidas. São Paulo foi dividido em dez Regiões Administrativas Judiciárias. A partir dessa descentralização, em projeto inédito de gestão participativa, o Tribunal – por meio de visitas individualizadas – saiu da arquitetura palaciana, para que presidente e assessores passassem a administração também para as sedes das RAJs, detectando, nas reuniões e conversas diretas com juízes, servidores, promotores, defensores e advogados, soluções práticas. São realidades distintas e que devem ser consideradas.

As melhorias começam a ser sentidas. Para os magistrados, foi criada comissão específica de segurança e de defesa de prerrogativas e implantado o serviço de inteligência.

Os funcionários foram contemplados com o Centro de Treinamento e Apoio aos Servidores (CETRA). O atendimento, em 2012 (entre cursos, direcionamento individualizado ou em grupo) ultrapassou 20 mil intervenções. Além do “Fale com o Presidente”, o CETRA é o canal de comunicação mais procurado pelos servidores. No aspecto prático, o Cetra, por meio de apostilas, formulou orientação para todos os procedimentos cartorários e digitais. São seis apostilas disponibilizadas e revistas pela Corregedoria-Geral, com o apoio da Escola Paulista da Magistratura, inclusive quanto ao aperfeiçoamento do servidor. O CETRA procura tornar mais fácil a vida do servidor, resolvendo, inclusive, problemas de ordem pessoal, quando possível. O combate ao assédio moral interno e externo também integra essa pauta.

Para garantir o princípio constitucional da razoável duração do processo, o Tribunal tem investido no funcionário. Aos servidores, direitos foram reconhecidos e pagos. Pela primeira vez, observou-se o mês da database, houve majoração do auxílio-alimentação e instituiu-se o instituto da remoção – luta de mais de vinte anos dos servidores. A ideia é reduzir o nível de estresse em favor da produção.

Em 2012, foram admitidos 2.014 funcionários, e, para o próximo, busca-se a contratação de outros três a quatro mil. A boa notícia é que a evasão, que nos anos anteriores era grande, começa a cair sensivelmente.

Até os que estão esbarrando na aposentadoria dizem querer permanecer na ativa – fora os que deixaram o Judiciário e têm pedido para voltar. Concursos foram realizados: assistentes sociais, psicólogos, técnicos em informática e escrevente judiciário. Até o fim do primeiro semestre deste ano, muitos dos aprovados estarão no quadro do Tribunal de Justiça.

Outra providência que agilizou o trabalho foi a criação de 2.199 cargos de assistentes judiciários para os juízes de primeiro grau – 592 já nomeados. No aspecto administrativo, o ineditismo está por conta de reuniões mensais com todos os secretários, para a prestação de contas de metas de curto, médio e longo prazos, sistematizadas pelo Núcleo de Gestão e Planejamento. Foi criada uma pasta digital compartilhada para secretarias e juízes assessores, para a troca ágil de informações.

No aspecto social, pela primeira vez, o TJSP realizou campanhas por meio do Comitê de Ação Social e Cidadania. “Doar é Legal – A Vida é Recarregável”, de caráter permanente, angariou mais de 6 mil adesões. “Doe um brinquedo e ganhe um sorriso”, no Dia das Crianças, beneficiou entidades assistenciais no interior e na capital, crianças de tribos indígenas. “Natal Solidário” arrecadou e distribuiu brinquedos e materiais de uso pessoal, e, diante da baixa de sangue no Carnaval, a “Doe Sangue – Ação Consciente” levou servidores a repartir um pouco de sua vida para outras pessoas.

A questão de segurança e estrutura nos fóruns não foi deixada de lado. O Tribunal contratou vigilância armada, e o projeto “Fórum São Paulo” está se tornando realidade, com a finalização do edital para a recuperação integral dos prédios e construção de fóruns no prazo de cinco anos, a R\$ 200 milhões/ano. Historicamente, e somente no Estado de São Paulo, os prédios do Judiciário são construídos pelo Poder Executivo. Não obstante a boa vontade do Executivo, suas inúmeras outras atribuições fazem com que as construções, além de demoradas, não atendam, em regra, às necessidades. Vencer a burocracia e criar um arcabouço jurídico que permita ao TJSP construir seus próprios prédios vem sendo um grande desafio. Ao término do projeto, em cinco anos, todos os prédios do Judiciário (construções ou reformas) estarão em condições de atender com dignidade ao jurisdicionado e oferecer ambiente mais saudável aos juízes, servidores, promotores, defensores e advogados. Apresentamos também à Secretaria da Justiça e da Cidadania versão de Parceria Público-Privada, que se entende possível para a construção de seis prédios de porte médio e grande. Também as torres dos gabinetes dos desembargadores estão em franco desenvolvimento técnico-jurídico. A reforma do Palácio não foi igualmente esquecida: após solução de procedimento intrincado no CONDEPHAAT, liberou-se o edital, e, neste semestre, inicia-se a restauração do teto do sexto andar.

Em abril do ano passado, com auxílio da Corregedoria-Geral da Justiça, da Polícia Militar e do Exército brasileiro, o TJSP empreendeu o maior programa de eliminação de armas passíveis de destruição. Nessa ocasião, com o Ministério da Justiça e o Governo do Estado, firmou-se termo de cooperação para a manutenção das armas de fogo não passíveis de destruição em dez sedes da PM correspondentes às RAJs.

O TJSP adquiriu 323 veículos de serviço para a substituição da obsoleta frota então existente, tudo para o transporte de jurados, assistentes sociais, psicólogos, processos etc. Mais de uma meia centena de Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) foram instalados no Estado de São Paulo. Na capital, foi inaugurado o prédio dos cartórios da Seção de Direito Público e o da Secretaria da Área da Saúde do Tribunal, com instalações para perícias, ambulatórios médicos e odontológicos. No interior, as comarcas de Tatuí, Botucatu, São José dos Campos e Hortolândia passaram a contar com novos fóruns. Foi também adquirido prédio moderno no centro, com 33 andares, para a instalação das dez secretarias.

Outro projeto ousado é a implantação do processo eletrônico. O Plano de Unificação, Modernização e Alinhamento (PUMA) já levou o processo eletrônico a varas cíveis, de família e sucessões e para muitas comarcas. O desafio maior foi a implantação do PUMA, já concretizada, no Fórum João Mendes Júnior. Até o fim de 2013, o processo eletrônico atingirá 40% das varas do Estado e todo o Tribunal (2ª instância). Ainda, no campo da informática, houve a aquisição de *blades* e *storages* com economia de 70% nos valores inicialmente propostos (256 *storages* por 51 milhões de reais, ante o valor inicial de 161 milhões, e 512 *blades* a 12 milhões de reais, ante os 38 milhões pedidos inicialmente), o que incrementou a capacidade de dados para cerca de 6 *petabytes*, incluso o espelhamento (*backup*). Outra novidade boa foi a implantação do A.R. Digital V-Post, com a agilização de citações em execuções fiscais, com prognóstico de extensão para toda a 1ª Instância.

Mutirões no Departamento de Precatórios e no Setor de Execuções da Fazenda Pública e no Departamento de Execuções Criminais mudaram a sistemática e a produtividade desses setores. Hoje, os resultados são reconhecidos e exaltados por profissionais do Direito e jurisdicionados que dependem da atuação dessas áreas. A criação do Grupo Emergencial de Apoio às Unidades Judiciárias – GAUJ (cartório itinerante para socorro dos cartórios ordinários) é igualmente outra realidade.

Instituiu-se, inclusive, o Gabinete Criminal de Crise, tendo em vista a criminalidade no Estado e convênios firmados com o Governo, o Ministério da Justiça e o CNJ, inclusive com relação a teleaudiências e fornecimento de tornazeleiras eletrônicas. O Tribunal, no convênio do Plano de Segurança Pública, figurou como interveniente, ressaltando o resguardo do juiz natural e a autonomia jurisdicional dos magistrados.

A grande batalha para 2013 está na inclusão, no orçamento da União, de verbas destinadas ao Estado para fazer frente às despesas com o exercício da competência delegada federal (cerca de 1.500.000 processos em São Paulo, enquanto a 3ª Região da Justiça Federal tem 1.680.000).

Como se pode notar, na Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo o trabalho é diuturno, mas nada do que foi feito seria hoje realidade sem o apoio do Conselho Superior da Magistratura, do Órgão Especial, dos magistrados e dos servidores.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA





Professor Luiz Alberto Machado

Vice-Diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP

A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Poucos temas mereceram tanto destaque nesses últimos vinte anos quanto o da globalização. Poucos foram, também, tão polêmicos e geraram tanta controvérsia. Há, entre os mais respeitados intelectuais de todo o mundo, inúmeros que enxergam a globalização a partir de um prisma positivo, mas há também, em igual quantidade ou até maior, os que a veem de forma bastante crítica.

Quanto mais me aprofundo na análise da globalização, mais me convenceo de que se trata de um fenômeno predominantemente das comunicações. Embora seus reflexos alterem profundamente as relações econômicas, sua origem encontra-se, a meu juízo, no campo das comunicações. Nesse particular, minha posição se assemelha à do prof. Eduardo Giannetti, que realça o binômio “aceleração do tempo” e “integração do espaço” como um dos traços mais marcantes da globalização, em oposição à do prof. Antônio Corrêa de Lacerda, que se utiliza inclusive da expressão “globalização econômica”.

Entre os autores que se referem à questão da globalização como um fato concreto, citaria François Chesnais, que prefere o termo “mundialização” a “globalização”, por entender que corresponde com maior exatidão à essência da expressão inglesa “globalização”, que, em suas palavras, “traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’”. Além dele, outros nomes destacados que se referem à globalização como um fato concreto e irreversível são Rubens Ricupero, Paulo Roberto de Almeida, Ernesto Lozardo e Jagdish N. Bhagwati, este último autor de um livro em que faz dela veemente defesa.

Para realçar o caráter polêmico da globalização, menciono alguns de seus críticos, entre os quais sobressaem os nomes de Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia e ex-Vice-Presidente do Banco Mundial, e do investidor George Soros. Entre os brasileiros, o prof. Paulo Nogueira Batista Jr. é dos que mais têm questionado a globalização, por considerar limitado o recente processo de internacionalização. Para ele, em que pese a rápida expansão das transações econômico-financeiras internacionais, a hegemonia dos mercados continua sendo de ordem interna, que absorve cerca de 80% de tudo o que é produzido no mundo. As economias nacionais também geram 90% dos empregos, e os investimentos realizados ainda são financiados preponderantemente pela poupança interna, responsável por 95% dos financiamentos das inversões. O prof. Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, é outro que tem uma visão crítica

da globalização. Seu ceticismo quanto às possíveis vantagens da globalização para o Brasil fica evidente quando afirma que “a causa básica da globalização econômica é a necessidade das economias desenvolvidas de expandir seus mercados”.

Polêmica à parte, alinho-me aos que acreditam que o fenômeno é real e irreversível e, sendo assim, nada melhor do que procurar compreendê-lo em toda a sua extensão para, a partir daí, tentar aproveitar ao máximo as oportunidades que ele apresenta ou, na pior das hipóteses, minimizar os prejuízos que ele possa vir a acarretar.

Segue-se, portanto, uma caracterização da globalização, acompanhada de um breve exame dos fatores cuja importância aumenta com ela, assim como daqueles que têm sua importância reduzida. Para tanto, tomo por base um artigo elaborado pelo prof. Eduardo Giannetti para um seminário realizado em 1996. Apesar do tempo decorrido, o texto segue extremamente atual e oportuno. Nele, Giannetti afirma que a globalização pode ser entendida como resultante da conjunção de três forças poderosas: a terceira revolução tecnológica (tecnologias ligadas à busca, processamento, à difusão e à transmissão de informações; inteligência artificial; e engenharia genética); a formação de áreas de livre comércio e blocos econômicos integrados (União Europeia, Nafta, Mercosul etc.); e a crescente interligação e interdependência dos mercados físicos e financeiros em escala planetária.

Mesmo reconhecendo o desgaste do termo “paradigma”, no sentido atribuído a ele por Thomas Khun – “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” –, em razão do uso excessivo e inadequado, que lhe conferiu certa banalização, acredito que a globalização significou uma efetiva mudança de paradigma, e, em consequência disso, como ocorre sempre que há uma mudança de tal magnitude, há uma acentuada oscilação da importância de alguns fatores, com o aumento da importância de alguns e a redução da importância de outros, lembrando o movimento de uma gangorra.

Nessa gangorra, ganharam importância com a globalização: a estabilidade e a previsibilidade macroeconômicas; o investimento em capital humano, ou seja, gente bem preparada, com bom nível de qualificação, fator indispensável para interagir com as novas tecnologias; e a agilidade e a flexibilidade empresarial. No mundo globalizado e altamente competitivo, o acesso à informação deixou de ser *handicap*, uma vez que ela está

disponibilizada para todos. Sendo assim, o que se torna essencial é saber como processar as informações e, com base nisso, tomar as decisões no momento adequado, se possível antecipando-se aos concorrentes. Portanto, a inovação é uma ambição de todos os atores desse novo cenário, e, para obtê-la, cresce cada vez mais a importância da criatividade, definida por Charles “Chic” Thompson como “a capacidade de olhar para a mesma coisa que todos os outros, mas ver algo de diferente nela”.

Simultaneamente, perderam importância com a globalização: a mão de obra barata e a abundância dos recursos naturais como fatores de competitividade e atração de investimento direto estrangeiro; a autossuficiência econômica como objetivo nacional; e a noção de Estado nacional soberano. Considerando, de um lado, o tempo e a distância que praticamente deixaram de ser obstáculos às transações internacionais e, de outro, o elevado custo em P&D para produzir, em condições mínimas de qualidade e preço, artigos cada vez mais sofisticados, torna-se verdadeiramente incompreensível imaginar um país que estabeleça como objetivo nacional a autossuficiência econômica ou que encare as transações realizadas entre blocos econômicos como uma ameaça à soberania nacional.

Olhando em retrospectiva para os acontecimentos dos últimos vinte anos, é impossível deixar de reconhecer que as enormestransformações de natureza tecnológica e organizacional interferiram significativamente nos padrões de competitividade em nível internacional. A propagação dessas novas bases tecnológicas só se viabilizou, porém, graças ao processo de desregulamentação e da progressiva redução das barreiras ao comércio internacional.

Concluindo, gostaria de assinalar que nesse novo cenário, no qual o papel do Estado ainda vem sendo amplamente discutido, uma coisa parece certa: haja o que houver, a sociedade não voltará jamais a aceitar nem um Estado inchado, ineficiente e perdulário, como aquele que prevaleceu no Brasil até o início da década de 1990, nem inflações elevadas e crônicas decorrentes de déficits fiscais sistemáticos. Em seu lugar, haverá necessidade de um tipo de Estado de proporções mais reduzidas, com estruturas flexíveis e aptas a dar respostas aos anseios da sociedade, com elevado padrão de eficiência. Em suma, um Estado capaz de garantir a provisão dos bens e serviços indispensáveis ao desenvolvimento e ao bem-estar social, sem ser, necessariamente, o provedor exclusivo desses bens e serviços, como bem observam Osborne e Gaebler no livro *Reinventando o Governo*. Importante frisar que essa observação vale para os níveis federal, estadual e municipal.





**REGINA BEATRIZ
TAVARES DA SILVA**
Sociedade de Advogados

Doutora Regina Beatriz Tavares da Silva

Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo - USP

O PROJETO DE LEI DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A DISSOLUÇÃO CONJUGAL

Regina Beatriz Tavares da Silva, doutora e mestre em Direito pela USP, integrou a Comissão Especial do Projeto do Código Civil na Câmara dos Deputados, assim como tem realizado sugestões legislativas em vários outros Projetos de Lei, entre os quais o Projeto de Lei de novo Código de Processo Civil. Atualmente, é coordenadora e professora dos cursos de pós-graduação em Responsabilidade Civil no GVlaw – FGV e coordenadora e professora dos cursos de especialização em Direito de Família e Direito das Sucessões da ESA – OAB/SP, sendo autora de 12 livros, 45 capítulos de livros e 121 artigos, bem como coordenadora de dez livros e titular do escritório de advocacia Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados (www.reginabeatriz.com.br).

Merece a atenção dos nobres congressistas a regulamentação da dissolução conjugal no Projeto de Lei do novo Código de Processo Civil – PL nº 8046/2010 -, para que não venha a padecer das inconstitucionalidades que se apresentam nas proposições de eliminação da separação.

Note-se que o art. 226, § 6º da Constituição Federal, na redação da EC nº 66/2010, dispensou, no divórcio, os requisitos temporais de um ano de separação judicial e de dois anos de separação de fato, mas não proscreveu o instituto da separação, como é reconhecido pelo CNJ (Resolução nº 120) e também em inúmeros julgados proferidos pelo STF, pelo STJ e por Tribunais Estaduais, assim como por vários doutrinadores, conforme apontamos no livro *Divórcio e Separação*, 2ª edição, São Paulo, Saraiva, 2012.

As duas espécies dissolutórias – separação e divórcio – têm consequências diversas. A separação dissolve a sociedade conjugal, mas mantém íntegro o vínculo conjugal; o divórcio dissolve a sociedade e o vínculo matrimonial (Código Civil, art. 1.571, *caput*, III e IV e § 1º).

A primeira inconstitucionalidade na proposição legislativa de eliminação da separação está no desrespeito ao direito fundamental da liberdade (CF, art. 5º, *caput*). Exatamente por ser o Brasil um Estado laico, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, assim como é preservado a todos, inclusive em razão de suas crenças, o exercí-

cio de direitos (CF, art. 5º, VI e VIII). Em caso de impossibilidade de manutenção da vida em comum, os religiosos que não admitem a dissolução do vínculo conjugal e somente aceitam a separação, se esta fosse suprimida de nosso ordenamento legal, teriam de optar pelo divórcio, em renúncia a seu credo, ou permanecer na situação irregular de casados e sem convivência conjugal, para manter sua crença. Em suma, os religiosos sofreriam violação àqueles direitos fundamentais da liberdade religiosa e ao exercício do direito de regulamentação do estado civil pela separação.

O Código Civil vigente regula na separação judicial as espécies remédio e sanção, assim como seus efeitos adequados às respectivas causas de pedir, sendo o divórcio regulado somente na espécie ruptura (arts. de 1.571 a 1.582).

Na espécie ruptura, baseada na mera impossibilidade de vida em comum, não há razão para a existência de efeito específico protetivo ou punitivo. Já na espécie remédio, reside a proteção patrimonial, além da assistencial, ao cônjuge mentalmente enfermo (CC, art. 1.572, § 2º e § 3º), e na espécie sanção ou culposa, baseada no grave descumprimento de dever conjugal (CC, arts. 1.572, *caput* e 1.573), aplicam-se ao culpado as sanções de perda do direito à pensão alimentícia plena e do direito ao uso do sobrenome marital (CC, arts. 1.704 e 1.578), e, quando ocorrer dano, de condenação na indenização cabível (CC, art. 186).

Equivaleria a grave violação constitucional a eliminação das espécies remédio e sanção, que, reitera-se, são reguladas somente na separação judicial.

Ocorreria violação à dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III).

É inadmissível que o cônjuge que trai, ao descumprir o dever de fidelidade, possa ficar impune e ter o direito de receber pensão alimentícia plena da vítima do adultério.

É inadmissível que o cônjuge que pratica violência doméstica mantenha o direito de receber pensão alimentícia plena do con-sorte agredido.

Como destacou a Ministra Nancy Andrighi, em doutrina prefacial, “Remanesceria impune o infrator que, além do mais, ante o preenchimento de certos requisitos, poderia ainda fazer jus ao recebimento de alimentos plenos, a serem prestados pela perplexa vítima do ato ilícito”. E completou: “Relava anotar, nesse sentido, que somente nas relações familiares deixaria de ser aplicada a noção de que o descumprimento de dever jurídico acarreta sanção ao inadimplente ou agente do ato lesivo” (*Divórcio e Separação*, ob. citada).

Outras inconstitucionalidades são apontadas, se viessem a ser suprimidas as espécies dissolutórias remédio e sanção: violação ao art. 5º da Constituição Federal, que tutela a vida, em seu *caput*; a integridade física, em seu inciso III; e a honra, em seu inciso X.

Também ocorreria violação ao art. 226, *caput*, segundo o qual a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, compreendidos, no termo família, os seus membros, e ao art. 226, § 8º, que impõe ao Estado o dever de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, já que o direito do agressor à pensão alimentícia plena seria um incentivo a essa abominável prática.

A supressão do procedimento da separação, diante de sua previsão no Código Civil vigente, levará a debates processuais intermináveis, com batalhas judiciais que possibilitarão inúmeros recursos, inclusive pela ordem constitucional, o que contraria o espírito do projeto de lei em tela.

Por isso, foram apresentadas pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá as Emendas de nºs 9 a 14, sugeridas por esta articulista, acolhidas pelo relator parcial Deputado Efraim Filho, tendo em vista recompor os artigos que versam sobre a competência e o sigilo no procedimento contencioso e o procedimento não contencioso das ações dissolutórias, com o acréscimo da separação e de sua conversão em divórcio.

Espera-se que o Congresso Nacional evite que o PL nº 8.046/2010 incorra em inconstitucionalidades e acarrete caos processual nas dissoluções conjugais, o que certamente ocorrerá se não forem acolhidas as referidas emendas.





RIBEIRO COSTA

Doutora Juliana Norder Franceschini

Advogada da Ribeiro Costa Advogados Associados

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PEC Nº 209/2012

Dois relevantes marcos legislativos devem ser examinados para a exata compreensão da PEC nº 209/2012, por meio da qual se pretende introduzir a relevância do direito federal infraconstitucional como requisito de admissibilidade do recurso especial. Isso a exemplo da EC nº 45, que introduziu a repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, de modo que fossem sujeitas ao exame do Supremo Tribunal Federal, nessa competência recursal, apenas questões constitucionais com amplitude e envergadura social, econômica ou jurídica.

O Código de Processo Civil de 1973 foi constantemente alterado a partir da década 90 do século passado. Com objetivos finais de conferir efetividade e celeridade ao processo, o Código foi reformado com introdução de institutos novos (monitória e antecipação dos efeitos da tutela), aperfeiçoamento de outros (recursos e execução) e introdução de regras relativas ao comportamento das partes no processo (como o *contempt of court*). Naquilo que mais de perto interessa ao presente estudo, consigne-se a introdução da sistemática dos recursos repetitivos, mecanismo que permite o julgamento de idêntica controvérsia jurídica de forma mais célere e com segurança jurídica.

Já no plano constitucional, a ordem democrática inaugurada em 1988 trouxe como grande novidade no âmbito do Judiciário a criação do Superior Tribunal de Justiça, que absorveu competência do Supremo Tribunal Federal. Rápida análise permite concluir que a instalação do chamado Tribunal da Cidadania não apenas abriu importante via de acesso para a defesa e a interpretação do direito federal infraconstitucional, como também liberou pauta e atribuições do Supremo Tribunal Federal, permitindo até mesmo a aproximação dele às feições de Corte Constitucional. No mesmo sentido, a própria EC nº 45/2004 fixou competência antes do Supremo para o Superior, atribuindo-lhe jurisdição para a homologação de sentenças estrangeiras.

Agregue-se a este pano de fundo a tramitação de Projeto de Lei para instituição do Código de Processo Civil, no qual importantes mecanismos processuais guardam relação de identidade com o recurso especial e, em boa medida, se não colidem, ao menos ensejam reflexão sobre a real necessidade da introdução da relevância como requisito de admissibilidade do recurso especial.

Parece, numa primeira visão, faltar atributos de adequação, viabilidade e necessidade para a PEC nº 209/2012.

Para este breve estudo, dois pontos ainda se mostram relevantes: a não conformidade constitucional da propositura e os motivos pelos quais se pretende introduzir requisito outro de admissibilidade ao recurso especial, de clara feição restritiva de acesso.

O Estado brasileiro adota o modelo federativo, baseado na Lei, consistente em Estado Social e Democrático de Direito. Nesse modelo de estado, a lei federal infraconstitucional assume especial relevo, sobretudo se analisada a divisão constitucional das matérias pelas competências legislativas. Ou seja, aquilo que o constituinte de 1988 acertou ao criar tribunal voltado para a uniformização do entendimento do vasto contingente legislativo federal, a PEC nº 209/12 parece desconsiderar para segregar questões federais relevantes das irrelevantes, pondo em risco, como pensamos, a própria estrutura federalista do Estado brasileiro.

Tudo isso, ao que tudo indica, é comprovado pelo volume de processos em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Por esse aspecto, parece prematura a propositura, porque nem sequer tempo deu para a consolidação dos recursos repetitivos, cujos resultados já começam a aparecer no sentido de diminuir não as matérias apreciadas pelo Tribunal, mas a quantidade de vezes que sejam. Além disso, se o volume se agigantou, a solução parece estar menos em criar requisito de admissibilidade colidente com o modelo estatal brasileiro e muito mais em desenvolver mecanismos de conscientização social, meios alternativos para a solução de litígios, regras processuais ainda mais severas para o litigante protelatório e de má-fé e modificações estruturais, orçamentárias e funcionais do Tribunal, de modo que seja mais bem aparelhada a Corte para as funções que a Constituição lhe conferiu. Há pouco se viu a manutenção do número mínimo de ministros para o funcionamento do Tribunal, quando talvez a solução estivesse muito mais em criar novas investidas do que diminuir matérias a serem julgadas pelo Tribunal.

Seja como for, o equívoco maior parece ser o de tomar a causa pelo efeito. Não parece ser do agrado da advocacia – parcela relevante da comunidade jurídica (Conselho Federal da OAB, por todos) – a introdução da relevância da questão federal como requisito de admissibilidade do recurso especial. E isso por razão muito simples: a uniformidade do entendimento do direito federal infraconstitucional decorre do modelo federativo brasileiro, e é nesse aspecto uniformizador que reside a força do Tribunal da Cidadania, indispensável para evitar fronteiras jurídicas dentro do Brasil, miniestados e grave comprometimento da segurança jurídica.



RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após dez anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB criou o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA, destinado a salvar vidas das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, a reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O AMOR PELA VIDA – Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O AMOR PELA VIDA tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde, voltado ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

- I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);
- I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);
- lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>)

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro, cumpre mais uma vez a sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis, crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de se criar o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA é parte integrante do projeto social "Salvando Vidas das Drogas",

realizado pelo IDELB em 2009, dando apoio ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA convidou a Matec Engenharia, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com uma reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA será construído em uma área total de 5.700 m², no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m² para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá no total de 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano, cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", conforme os seguintes dados:



Banco do Brasil S/A
Conta Corrente nº 20.098-0
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP
Beneficiário: **Projeto social "Salvando Vidas das Drogas"**
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas".

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – "AMOR PELA VIDA", criado pelo IDELB



AMOR PELA VIDA

CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINSERÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever



Proteção à Vida da
Criança e do Adolescente
Educação Preventiva nas Escolas
sobre o Uso Indevido de Drogas



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Presidente do Conselho Antidrogas do
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
Email: presidente@idelb.org.br



Dr. Pablo Miguel Roig

Médico Psiquiatra Especialista em Adições e Diretor Clínico da Clínica Greenwood

PREVENÇÃO ÀS DROGAS

A situação das drogas no Brasil tem sido motivo de preocupação por décadas, principalmente com o auge da comercialização e do consumo de cocaína em todas as suas formas. Mesmo assim, não se tem encontrado mecanismos de abordagem ao problema que tenham mostrado eficiência.

Os recursos de combate passam por melhorar o sistema repressivo e de controle e encontrar armas eficientes de prevenção tanto primária, ou seja, a que atua antes da instalação da doença, como a secundária, que atinge a patologia em seus primeiros estágios, ou a terciária, que é o tratamento da doença já instalada.

Os mecanismos repressivos e de controle têm se mostrado insuficientes tanto no controle de fronteiras (não esqueçamos que a cocaína é um produto importado), como na inibição da produção e comercialização dentro do país. Como consequência, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo têm sido vítimas de grupos marginais, financiados principalmente pelo tráfico, intensamente organizados nas formas bélica e econômica, que conseguem proezas como a de decretar um toque de recolher na quarta maior cidade do mundo em 15 de maio de 2009. Também devemos lembrar que leis já existentes, como a de limitar o consumo de álcool e tabaco para menores de 18 anos, são vistas com indiferença total.

A prevenção primária é a arma mais eficiente para atingir problemas de saúde. Como exemplo, temos a erradicação de inúmeras doenças graças à vacinação. Nas adições, a educação, com a solidificação de um esquema valorativo que não admite a transgressão, a ilegalidade e a toxicidade e incentiva a autopreservação,

a correção, a responsabilidade cidadã e o respeito à saúde é a arma mais eficiente. Esta encontra resistência nas permanentes duplas mensagens da sociedade, que admite e em alguns casos premia a corrupção e a ilegalidade com impunidade, promove o imediatismo e o “ter” antes do “ser”. Para seguir os critérios de mudança como base para uma educação consistente, a sociedade deve investir desde já, para que talvez nossos netos possam viver num mundo melhor.

A prevenção secundária é um recurso extremamente eficaz de abordagem, mas depende da detecção do problema em seus estágios precoces. Aqui está a dificuldade, já que os indivíduos atingidos se manejam com negação de seu envolvimento e a sensação de que tem o controle da situação. Não se sentem identificados com os que estão nos estágios avançados da doença, portanto “não precisam de ajuda”. Nesse caso, cabe agir aos que têm a percepção da perda de controle por fatos, como, por exemplo:

- prejuízo do rendimento escolar;
- mudança de comportamento;
- aumento da agressividade;
- alteração dos períodos de sono;
- acidentes frequentes; e
- aumento da morbidade.

Percebe-se que essas situações podem ser detectadas desde o ponto de vista institucional pelas escolas, as Cortes de Justiça e os centros de assistência médica e logicamente pela família, tendo estes a função de encaminhar o indivíduo para quem pode diagnosticar o problema e eventualmente derivá-lo para o tratamento. A vantagem desse recurso é a interrupção precoce do processo e a minimização dos danos. Além disso, os programas de tratamento devem ser es-

pecíficos e diferenciados dos recursos tradicionais, para agir nesse estágio da doença. Um empecilho para a eficiência dessa estratégia é a negação, que não é só do usuário, mas se estende à família e à sociedade como um todo.

A prevenção terciária já trata de indivíduos seriamente vinculados com a droga, o que impede o desenvolvimento do vínculo terapêutico, totalmente necessário para o êxito da intervenção. Este é o motivo pelo qual existe um mito que condena os tratamentos ao fracasso. Tendo isso em conta, os programas devem observar a complexidade biopsicossocial dessa patologia, e, para tanto, as equipes terapêuticas devem ser experientes, treinadas especificamente para enfrentar o problema (a formação psiquiátrica não é suficiente para essa abordagem), com características multidisciplinares e de abordagem múltipla. Para tratar pacientes de média gravidade em diante, o afastamento da droga a partir de uma internação específica, pelo tempo necessário, é um recurso possível, que permite a reestruturação do processo do pensamento para controle da impulsividade e uma reorganização valorativa, colocando as prioridades novamente no lugar. Não esqueçamos que o adito tem como prioridade principal a droga, deixando o que realmente tem importância, como saúde, família, dignidade e trabalho relegado. Na atualidade, são raras as instituições que contam com os recursos para atuar com pacientes de todos os níveis de comprometimento. O número de profissionais que têm formação em aditologia é muito reduzido, e existem inúmeras instituições que prestam assistência sem estrutura e com uma visão parcial do problema, quando bem intencionadas. É necessário formar gente, criar instituições eficientes e investir em recursos nos itens descritos acima. Tendo em conta o custo social da droga-dependência e sua incidência na vida de todos nós, vale a pena qualquer esforço que tenhamos que fazer.





Doutor Luiz Alberto Chaves de Oliveira - LACO

Coordenador Estadual de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo

A REABILITAÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DO DEPENDENTE DE DROGAS

Finalmente, a questão das drogas já faz parte das agendas governamentais como uma aparente prioridade! Esse grave problema, que afeta, de forma direta ou indireta, a maioria da sociedade brasileira merece uma atenção resolutiva dos vários segmentos dos governos e de toda a sociedade organizada. Cumpre notar que a solução do problema não pode constituir-se em tarefa exclusivamente governamental, pois as soluções dependem de todos nós!

Na Coordenação de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo (COED), temos procurado motivar as organizações da sociedade civil e os governos municipais a implantar políticas continuadas e consequentes que se transformem em práticas cotidianas quase que naturais. Para tanto é necessário que se inicie pela formação ou vitalização do Conselhos Municipais sobre Drogas (COMADs) que, se não são a solução final, podem constituir-se no embrião da união das várias forças vivas da cidade no tocante ao diagnóstico, ao planejamento e a execução de projetos e programas que consigam minimizar as consequências do uso, do abuso e da dependência de substâncias psicoativas pela população.

A formação de uma rede de atenção social e de saúde constitui-se na base de trabalho para garantir a reabilitação e a reinserção social do dependente químico e de sua família. Sim! Também de sua família que é tanto ou mais afetada pela doença que atinge o dependente e que carece de informações e orientações adequadas.

Propomos um modelo simples e econômico de principiar o trabalho de rede: criar um Centro Integrado de Atenção às Drogas, local com equipe mínima profissional e administrativa e com função de orientar e encaminhar os casos, servir de base para grupos de mútua ajuda, proporcionar capacitação a agentes diversos e propor e acompanhar programas de prevenção e tratamento para empresas e escolas. Isso é bastante válido para pequenas cidades e áreas comunitárias onde a ausência de qualquer forma de atenção gera insegurança e agravamento dos problemas relacionados.

A perspectiva do tratamento deve seguir algumas considerações primordiais:

1. Não há um tratamento único que seja apropriado a todos os indivíduos.
2. O tratamento deve estar sempre disponível.
3. O tratamento efetivo deve contemplar as várias necessidades da pessoa, e não somente seu uso de drogas.
4. A proposta terapêutica deve ser continuamente avaliada, modificada e atualizada.

5. É importante que o indivíduo permaneça no tratamento durante um período adequado.

6. O aconselhamento (individual ou em grupo) e outras terapias comportamentais são componentes indispensáveis para o tratamento eficaz da dependência.

7. Indivíduos com abuso ou dependência de drogas em comorbidade com outros transtornos mentais devem ser tratados de maneira integrada.

8. A desintoxicação é somente a primeira etapa do tratamento para dependência e, por si só, pouco modifica o consumo de drogas a longo prazo.

9. O tratamento não precisa ser voluntário para ser eficaz.

10. O possível uso de drogas durante o tratamento deve ser monitorado continuamente.

11. A recuperação da dependência de drogas pode ser um processo longo e frequentemente requer múltiplas tentativas de tratamento.

Fonte: NIDA – National Institute on Drug Abuse – EUA.

Além dessas considerações, é importante deixar claro que o tratamento não consiste em um momento e em uma instituição, mas em um processo longo e continuado, com abrangência de situações de saúde, de trabalho, de moradia, de relações sociais e de cuidados, como em toda situação crônica vivida pelos indivíduos. Em outras palavras: não basta internar, mas, sim, tratar de forma afetiva e abrangente para conseguir resultados garantidos.

Essa é a tarefa dos governantes e de toda a cidadania.





Aliádne de Paula Damázio Leite

Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade de Campinas - FACAMP

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O DESAFIO DO SÉCULO XXI

Aliádne de Paula Damázio Leite é graduada em Relações Internacionais pela Faculdade de Campinas (FACAMP). Foi pesquisadora do Observatório de Fenômenos Transnacionais das Américas (OFTA-FACAMP) e do grupo Núcleo de Estudos Árabes (NEAF-FACAMP). Ex-pesquisadora/estagiária da Embrapa Monitoramento de Satélites e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência de República (GSI/PR). Atualmente, é colaboradora do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB.

O desenvolvimento sustentável foi um termo cunhado e popularizado a partir do relatório “Nosso futuro comum”, da Comissão de Brundtland, que as Nações Unidas propuseram em 1987. Tem como definição um desenvolvimento no qual “procura atender às necessidades e aspirações no presente sem comprometer a capacidade de atender às do futuro”. Assim, após o relatório, o conceito de sustentabilidade desloca-se da integridade ambiental – esfera até então mais vinculada ao termo – para o elemento humano, gerando um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental.

No entanto, o relatório apenas apontou as necessidades, mas não mostrou como alcançá-lo, e, desde então, o debate sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável vem ganhando amplitude e tornou-se um dos principais temas da agenda internacional para o século XXI.

Apesar de termos avançado sobre como adotar um modelo de desenvolvimento mais sustentável, há ainda alguns impasses que guiam esse debate: muitos consideram que os termos “desenvolvimento” e “sustentável” são contraditórios, um oxímoro, pois acreditam não ser possível desenvolver conservando. Além disso, muitos concordam que alcançar um desenvolvimento sustentável significa abrir mão do crescimento econômico.

Se pensarmos o nosso estilo de desenvolvimento recente, o mesmo modelo que gerou a crise financeira global em 2008, evidentemente trata-se de uma contradição entre os termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, pois tal desenvolvimento não é possível com esse modelo e processo. Trata-se de um processo naturalmente predatório e desigual. A crescente desigualdade dos últimos anos é também responsável pelo desequilíbrio ambiental; por isso, o sistema é de natureza insustentável. A sustentabilidade prevê a igualdade e o equilíbrio social; por isso, não é possível manter a mesma forma social de desenvolvimento capitalista e introduzir um componente sustentável. A sustentabilidade não é algo externo ao ambiente social.

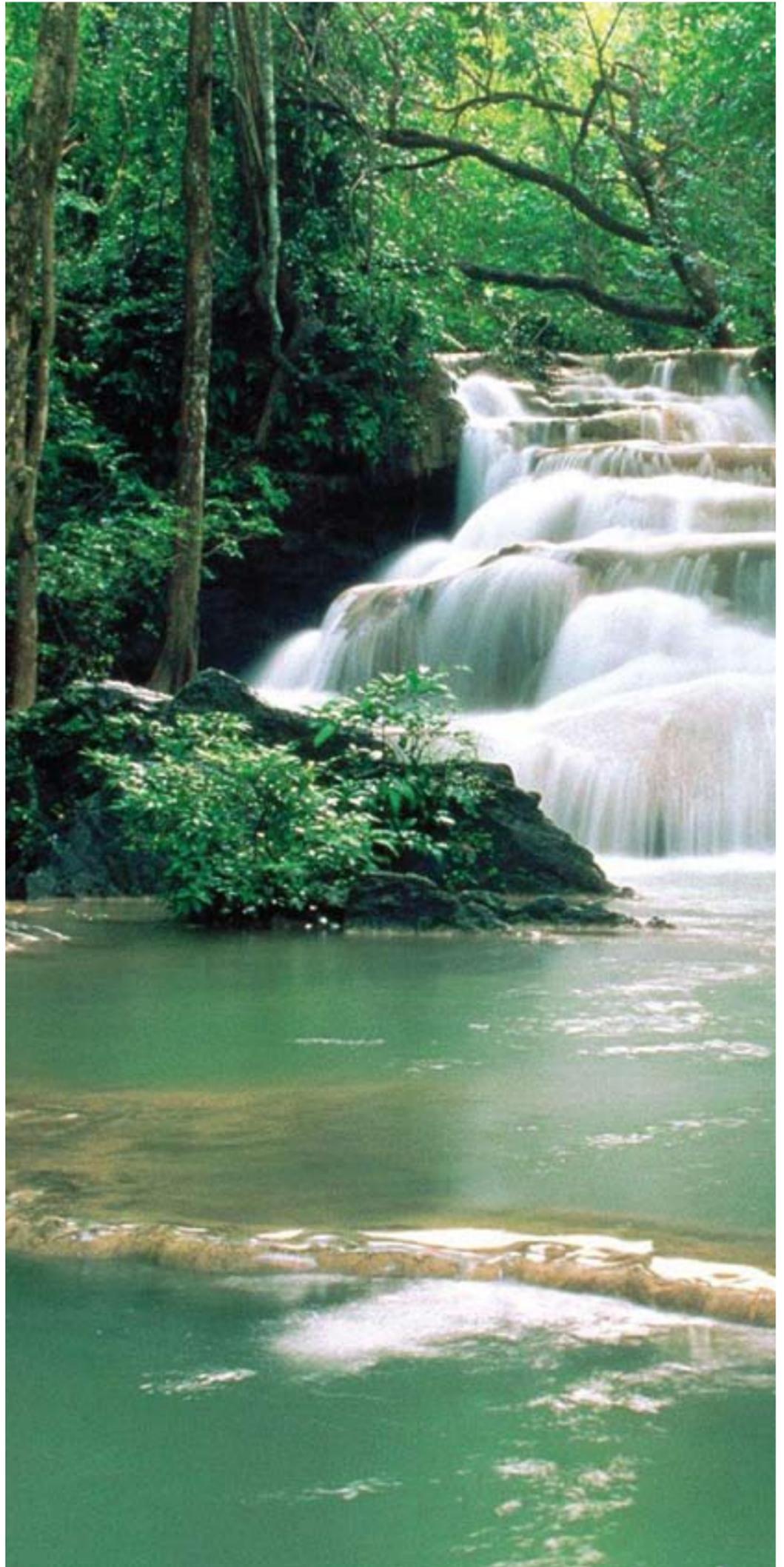
Quanto à relação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, é difícil romper o círculo vicioso entre o uso de recursos naturais e a acumulação de capital para explicar os impasses do desenvolvimento. Muitos argumentam que é preciso reduzir o crescimento em prol do desenvolvimento sustentável. Contudo, temos que perguntar: Qual tipo de crescimento precisamos? A quem ele deve servir? Respondendo a essas questões, talvez possamos ter alguma ideia. É para o acúmulo da riqueza de alguma minoria ou para facilitar aos indivíduos uma vida melhor e decente, com menor desigualdade?

Se a maneira como o sistema está conduzindo o desenvolvimento não permite alcançar a sustentabilidade, é preciso, então, repensar o seu significado. O desenvolvimento sustentável deve significar uma melhor organização social da economia, é permitir ao homem condições melhor para que sobreviva dignamente em liberdade com a capacidade de se autodesenvolver, de ter maior consciência dos seus direitos e do seu papel na sociedade. Para avançar, o homem deve estar consciente da ideia de que somos responsáveis para com o outro e para com o conjunto e mitigar o individualismo que sobreviveu nos últimos anos.

A grande novidade política do século XXI é que a maioria já não aceita a desigualdade como natural e insuperável. Querem viver melhor. Mas sabe-se que o ritmo atual do uso dos recursos naturais não se sustenta, e esse é um grande problema, pois queremos crescer política e socialmente, e a natureza não dá conta disso.

Contudo, apesar de os recursos naturais estarem se esgotando e de a natureza não conseguir mais renaturalizá-los, hoje temos um potencial tecnológico acumulado, que nos dá a vantagem de utilizá-los de outras maneiras. Temos a capacidade de escapar das determinações naturais do clima, da geografia, porque podemos usar a tecnologia para reconstruir aquilo que foi destruído, capacidade de reaproveitar os recursos para agredir menos a natureza. A energia limpa pode ser um exemplo disso.

Assim, talvez não se trate de abrir mão do crescimento econômico, mas de criar novas políticas, utilizando o potencial de tecnologia que o homem acumulou, isto é, criar formas políticas e sociais que nos vão permitir adotar políticas de proteção ao meio ambiente que não sejam, ao mesmo tempo, imobilizadoras do crescimento saudável.





Design On
divisórias

Oswaldo Ferreira

Diretor Comercial da Design On Divisórias

A IMPORTÂNCIA DO ISOLAMENTO ACÚSTICO NOS AMBIENTES PRIVADOS E GOVERNAMENTAIS

A utilização de divisórias em ambientes corporativos, sejam gerenciados pela iniciativa pública ou privada, tem sido uma alternativa favorável para a dinamização dos espaços. Em razão da grande aceitação nos meios corporativo e governamental, os escritórios, em sua maioria, contam com divisórias para otimizar ambientes, e vários são os benefícios que levam à escolha desse elemento arquitetônico versátil, o qual possui inúmeras opções de acabamento, fácil manutenção e a vantagem de ser instalado sem gerar entulho de obra e também permitir reaproveitamento em casos de mudanças futuras de *layout*.

Além da preocupação estética ao implantar esse produto, é preciso estar atento aos ruídos externos e internos, que podem interferir nas relações de trabalho, tendo em vista que o barulho excessivo prejudica gravemente a saúde humana e interfere nas atividades cotidianas. Nesse sentido, a exigência de trabalhar em ambientes acusticamente confortáveis está se tornando cada vez mais frequente.

Especializada em divisórias corporativas, a Design On atua desde 2004 no mercado e tem desenvolvido linhas especiais para otimizar o isolamento acústico em diversos ambientes.

Elegantes e com *design* personalizado, de acordo com o projeto desejado, as divisórias oferecem rápida montagem, praticidade, qualidade visual e, principalmente, isolamento acústico.

Talvez a maioria da população não saiba como avaliar esse conforto, que está ligado às medidas que podemos tomar para que o ambiente onde convivemos permaneça sempre dentro do limite de ruídos, mas sua ausência está cada vez mais perceptível.

O desempenho acústico das divisórias é um dos fatores críticos da especificação desse produto, sobretudo quando se trata de modelos de alta *performance*. Em ambientes corporativos e governamentais, por exemplo, a isolação sonora de divisórias garante a privacidade da fala, sobretudo para altos escalões, condição primordial para os ambientes de negócios e de importantes decisões.

Para garantir a privacidade e o isolamento acústico, a Design On conta com a Linha Evidence, composta de divisórias de 85 milímetros de espessura, que têm alto desempenho acústico e estão em conformidade com os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Mais robusto, o produto – que pode ser “100% cego”, “meio cego” ou totalmente em vidro –, permite personalizar o ambiente, transmitindo sofisticação e elegância.

Outra linha direcionada a ambientes corporativos e governamentais é a Linha Zion, que dispõe de ótima *performance* acústica, possui 90 milímetros de espessura total e é construída em perfis de alumínio com formato exclusivo. As divisórias podem ter elevação em BP “ceg”, integralmente em vidro ou em meio vidro.

No ritmo da tecnologia – Atenta às novas tendências tecnológicas do mercado, a Design On lançou, em 2012, um aplicativo para *tablets* que possibilita a simulação de divisórias em diversos tipos de ambiente.

A ferramenta é direcionada a arquitetos, *facilities*, *designers* de interiores, empresas de engenharia, estudantes da área e ao próprio cliente final que poderá escolher o tipo de obra que está planejando. Por meio do dispositivo, o usuário conhece toda a linha de divisórias, inclusive a ambientação do produto, e tem à disposição um simulador de cores e acabamentos que gera um projeto que pode ser enviado por *email* do próprio *tablet*.

O aplicativo “DESIGN ON” está disponível gratuitamente na Apple Store.



PRESENTE NOS EDIFÍCIOS
+ INTELIGENTES E MODERNOS



Design On
divisórias





SHOWROOM SÃO PAULO - EDIFÍCIO LANDMARK

Av. das Nações Unidas, 12.399 - 7º Andar 11.4137.2929

SHOWROOM BRASÍLIA - MOBILIA

Rua SRTVS, QD 701 - CONJ D BLOCO A LOJA 13 Asa Sul - Brasilia - DF
CEP: 70340-907 61 3224.0999 sergio@grupogiroflexbh.com.br



Michelly Pettri

Apresentadora de TV

PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO PARA MAMÃE E BEBÊ EM TODAS AS FASES DA GRAVIDEZ

Michelly Petri é jornalista, graduada pela Universidade São Marcos; trilingue; paulistana e ex-Miss Brasil Beleza Internacional. Atualmente, apresenta o programa *Mamãe Eu Quero*, na TV Geração Z.

“Hoje, um organismo de uma única célula formou-se quando seu óvulo se uniu ao espermatozoide de seu companheiro, formando o ovo.”

Confesso que me assustei diante da formalidade dessa frase. Até aquele momento, meu universo permeava interesses típicos de uma garota de vinte e seis anos, modelo, ex-Miss Brasil Beleza Internacional, trilingue, com carreira em franco desenvolvimento e com independência financeira. Dieta, viagens, compromissos intermináveis e um trilhão de planos traçados sob o crivo de um comprometimento incontestável.

Mas, ainda que cada palavra que eu li – e incessantemente leria durante os muitos dias que vivi como gestante – me parecessem tão distante como álgebra ou rúgbi, mergulhei nesse universo, a fim de absorver toda a vida que eu carregava dentro de mim, convidando-me a explorá-la. Vivía um momento pessoal difícil: recebi, quase que simultaneamente, a notícia do falecimento precoce de meu pai e a confirmação da gravidez. Foi muito duro. Administrar o luto e a vida ao mesmo tempo é tarefa árdua; porém a única forma de extrair o elixir de tudo o que eu representava como profissional e mulher para mim, para os meus e para pessoas queridíssimas que eu nem sequer conhecia, mas que sempre apoiaram meus sonhos, era acreditar que minha gravidez trazia consigo algo divino e que, portanto, valeria a pena lutar para viver esse momento intensamente.

Mergulhei no vertiginoso universo da maternidade e descobri curiosidades deliciosas e informações de grande valor, que, infelizmente, são pouco acessíveis às mães em geral. Gerar uma criança é testemunhar, bem diante de seus olhos, grandiosos acontecimentos, mas, acima de tudo, é enfrentar as inseguranças ao fazer escolhas para um ser que existe apenas dentro de você, que é apenas uma projeção, talvez a maior expressão de poder de uma mulher, e, mesmo assim, criar mentalmente situações que o tornarão melhor do que somos.

O mais interessante, porém, é perceber o quão limitadas somos quando um universo paralelo se abre bem diante de nosso nariz! Surpreendi-me ao ver que poderia aplicar muito pouco meus conhecimentos do pré-natal e do comportamento humano à minha própria gravidez. Eu desejava saber mais! Queria entender se meu bebê já era capaz de processar alguma informação sensorial ou em que fase exatamente ele estava em termos de desenvolvimento. Acabei fazendo pesquisas em português e inglês e, naturalmente, obtive respostas mais abrangentes.

Paralelamente às minhas necessidades fisiológicas e mentais, tinha, sim, muita coisa para providenciar, comprar, arrumar. E o primeiro passo foi submeter-me ao exame de “sexagem fetal” – exame que detecta o sexo do bebê a partir da sétima semana de gestação, por meio do sangue da gestante. Quando descobri, quase aos dois meses de gravidez, que gerava um menino, um universo azul (e verde, amarelo, laranja, marrom, *off White...*) e feliz tomou conta de meu mundinho ora colorido, ora acinzentado. Eu queria mesmo era amar alucinadamente essa “pessoinha”, que chegaria à minha vida para mudar radicalmente meu olhar e meus valores para muito melhor!

Jamais pensei que amaria tanto o fator primário da gravidez, uma proteína imunossupressora, que meu organismo fabricara para o desenvolvimento absoluto de meu bebê, impedindo que meu corpo o confundisse com uma bactéria ou vírus e o atacasse.

Grávida, surpreendentemente cansada e sonolenta, eu era um poço de felicidade e de informações muito boas. Senti um desejo voraz de dividir meus conhecimentos com o maior número de mulheres que conseguisse atingir. Realizei esse desejo há três meses.

Meu filho completa quatro anos em breve e está a cada dia mais lindo e encantador! Sua luz é intensa, e meu amor por sua vida é ágape, engrandecedor! Durante três anos e meio ininterruptos, dediquei-me exclusivamente à maternidade, um luxo, sim, mas também uma pausa para ver de perto meu maior e melhor feito.

Hoje, apresento o programa *Mamãe Eu Quero*, na TV Geração Z. Como o nome sugere, todas as quartas-feiras, às 20h00, ao vivo, dou subsídio às mães de primeira, segunda, quinta, nona viagem; ofereço temas bem interessantes sobre primeira infância, saúde, bem-estar, direitos civis e amor aos pequenos; e dou dicas sensacionais para manter aceso o clima do relacionamento após a chegada do mais novo e importante membro do lar. Foi uma forma honesta que encontrei, com meu noivo, Flávio Pioker, e meu assessor, Márcio Alves, de dividir meus conhecimentos, minha experiência como mãe e minha superação como mulher e, mais, de realizar um ato semanal de agradecimento à Deus.

Eu acredito veementemente que meu filho é um presente de Jesus, um anjo que veio salvar-me da dor. Ajudar outras mulheres nessa fase tão singular e orientá-las a criar seus filhos de forma amável e carinhosa é um jeito de dizer a Ele: “Senhor, eu entendi seu recado!”





Brånemark Center

Clínica de Reabilitação Oral Especializada em Implantes



EM MARÇO

AMPLIAÇÃO COM CENTRO DE
DIAGNÓSTICO E TECNOLOGIA **CAD/CAM**
PARA REABILITAÇÃO ORAL E ESTÉTICA.



Há mais de 24 anos
cuidando da
sua saúde bucal.



Cirurgião Dentista:
Dr. Laércio Wonhrath Vasconcelos

CRO 16259

- **Implantes** ◦ **Estética** ◦ **Clareamento**
- **Prótese** ◦ **Dentística** ◦ **Periodontia** ◦ **Endodontia**
- **Centro Cirúrgico para atendimento sob sedação com médico anestesista**

São Paulo | CRO 5.620
Av. Brasil, 141 - Jardim Paulista
11. 3059.9999

Santos | CRO 5.076
R. Azevedo Sodré, 65 - Gonzaga
13. 3235.1642



MUITAS ESPÉCIES, UMA SÓ ÁGUA.



A água é essencial para todas as espécies. Por isso, buscamos sempre atuar de forma responsável com os recursos hídricos em todas as nossas atividades e processos produtivos. Só em 2012, reutilizamos mais de 23 bilhões de litros de água em nossas instalações. Além disso, desde 2008, investimos mais de R\$ 500 milhões em projetos relacionados com a água e o clima do Programa Petrobras Ambiental. Afinal, cuidar da água é cuidar da vida.



Ministério de Minas e Energia



o desafio é a nossa energia